

ACTA NÚMERO 67

ACTA DA III SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO ANO DE DOIS MIL E ONZE, REALIZADA NO DIA DEZASSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E ONZE -----

----- Aos **dezassete dias do mês de Junho de dois mil e onze**, em Benavente, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município, iniciou-se a **III Sessão Ordinária da Assembleia Municipal**, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- O **Presidente da Assembleia** confirmou a **verificação de quórum**. Seguiu-se a chamada dos autarcas, tendo-se registado a presença dos seguintes: Carlos Alberto Salvador Pernes, Presidente da Mesa, Ana Carla Ferreira Gonçalves, Primeira Secretária da Mesa, Irina Nöel Matias Batista, Segunda Secretária da Mesa, José Miguel Martinho Pastoria de Azevedo, Manuel Luís Gutierres de Matos, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Júlio do Carmo Cabecinha Rosado, Sílvia Arminda Calado Frazão, Nelson Pinheiro da Silva Lopes, Catarina Martins de Matos, Paulo Jorge Custódio Pinto e Fátima Vera Gameiro da Silva, todos eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Dora Isabel Lúcio Morgado, Sónia Patrícia da Silva Ferreira e Nuno Manuel David Ganhão Vieira, eleitos pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, Joaquim Manuel Louro Cabeça e Vânia Sofia Semeano Castanheiro, eleitos pelo Partido Socialista, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Marques Netto, do Partido Popular e Hélder Manuel de Oliveira Agapito, do Bloco de Esquerda. Os autarcas, António José Bastos de Oliveira Martinho e Sónia Patrícia da Silva Ferreira, do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Bernardo António Serra Palheta, do Partido Socialista, comunicaram antecipadamente a sua ausência, por período inferior a trinta dias e foram substituídos, tudo nos termos legais e regimentais aplicáveis, respectivamente, por Miguel Barradas Messias da Silva, Pedro Miguel Oliveira da Fonseca e João Carlos Sovelas Gatinho. O autarca, Carlos Orlando Mendes Pauleta, da Coligação Democrática Unitária apresentou pedido de suspensão de mandato, por período de sessenta dias, o qual foi aceite, sendo, assim, na presente sessão, substituído, nos termos legais e regimentais aplicáveis, por Fátima Vera Gameiro da Silva. Estiveram também presentes os membros da Assembleia, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, eleitos pela Coligação Democrática Unitária, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, eleito pelo Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista. -----

----- **Os trabalhos iniciaram-se na presença de vinte e cinco autarcas.** -----

----- O **Presidente da Assembleia** apontou o lapso existente no título do ponto 1 da ordem do dia da presente sessão, esclarecendo que para cumprimento do solicitado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e do disposto nos respectivos Estatutos, a eleição em causa terá que compreender, a eleição de um membro efectivo e de um membro suplente. A correcção proposta foi aceite por unanimidade. --

----- Chamou, depois, a atenção para a documentação das pastas individuais e colocou a correspondência recebida e expedida à consulta dos autarcas. -----

----- Seguiu-se a **apreciação e a aprovação da Acta da II Sessão Ordinária da Assembleia, do ano de dois mil e dez**, de vinte e sete de Abril de dois mil e onze, solicitando o Presidente da Assembleia ao plenário, a dispensa da respectiva leitura, o

que foi aceite por consenso. Na discussão do teor da acta **intervieram Dora Morgado e Nelson Lopes**, que apresentaram propostas de alteração, todas aceites pela Mesa. **Ricardo Oliveira** registou a ocorrência de erro informático na abertura de alguns documentos de suporte à Ordem de Trabalhos, remetidos por correio electrónico. -----

----- Posta à votação, **a Acta foi aprovada por unanimidade.** -----

-----O **Presidente da Assembleia** iniciou então o **Período de Antes da Ordem do Dia**, solicitando às diferentes forças políticas representadas na Assembleia, que fizessem chegar à Mesa todos os **documentos** a sujeitar à deliberação por parte do plenário, referindo que a sua apresentação deve ser feita pelos respectivos proponentes, após as intervenções iniciais dos autarcas e respectivas respostas do Presidente do Executivo Municipal. Foram apresentadas, na Mesa, duas Moções e uma Recomendação, as duas primeiras da iniciativa dos autarcas da Coligação Democrática Unitária e a última tendo como proponente a Comissão Permanente da Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres, Juventude, Informação e Novas Tecnologias, respectivamente, intituladas, **Moção - OBRAS DE REABILITAÇÃO DOS PONTÕES DA VÁRZEA E VALA NOVA NA EN 118 EM BENAVENTE, Moção – “DUPLA TRIBUTAÇÃO” NO LICENCIAMENTO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS e Recomendação para a CRIAÇÃO DO PORTAL DE APOIO AO INVESTIDOR DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE.** Os respectivos originais ficam anexos à presente acta.

----- Dada a palavra ao **plenário** da Assembleia, inscreveram-se os seguintes autarcas: **Nelson Lopes, Dora Morgado, Margarida Netto e Miguel Silva.** -----

----- **Nelson Lopes** apelou à compreensão, por parte do Executivo, em especial do seu Presidente, não obstante ser do conhecimento público as dificuldades que sente por força do seu actual estado de saúde, quanto à duração das sessões da Assembleia, pleito por excelência para a discussão dos assuntos relevantes para o município. Referiu-se, também, aos resultados das últimas eleições legislativas, saudando todas as forças políticas participantes, em especial, os vencedores, o Partido Social Democrata, notou a nobreza dos derrotados na aceitação da derrota, bem como a dignidade da participação de alguns eleitos da Assembleia, referiu a possibilidade de, entre os mesmos, serem eleitas duas deputadas à Assembleia da República e rematou afirmando que os resultados locais não fizeram justiça ao trabalho do eleito do Bloco de Esquerda na Assembleia e, sobretudo, ao que a Coligação Democrática Unitária e as suas figuras de proa locais têm feito desde há muito no município. Abordou a composição do Governo recentemente tornada pública e expressou a sua satisfação ao nele terem sido integrados dois ribatejanos, Miguel Relvas, sobre quem afirmou ter muita consideração pelo Presidente da Câmara Municipal e puder vir a constituir um aliado, por ser o responsável pela área das autarquias locais e Paulo Macedo, que caracterizou como homem de rigor e de pulso. Solicitou que aos autarcas da Assembleia que possuem influência nos partidos políticos que compõem o Governo o maior empenho e solidariedade no que anteviu como luta que o Município haverá que travado quanto às perspectivas nacionais quanto à reforma administrativa do país. Trouxe ao conhecimento a ocorrência de graves problemas de indisciplina nas escolas do município, exemplificando com situações concretas situações da prática de crimes, tais como roubos e agressões, apelando ao papel da Câmara Municipal no trabalho de promoção da união de toda a comunidade escolar local. Expôs situação concreta de roubo originada pela circunstância de os alunos não serem acompanhados por professores e/ou pelos funcionários municipais, nos trajectos e na estadia nas instalações desportivas municipais que os estabelecimentos de ensino usam para a prática do desporto escolar. -----

----- **Dora Morgado** congratulou-se pelo modo como decorreram as eleições legislativas e pelos resultados delas decorrentes, bem como pelo lenço governamental reportando-se ao teor da intervenção do autarca antecedente, por concordância. Foi a porta-voz, na qualidade de Coordenadora da Comissão Permanente da Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres, Juventude, Informação e Novas Tecnologias, da preocupação unânime dos autarcas quanto ao presente e ao futuro da Associação SERVIR, em especial dos seus utentes, pessoas com problemas ligados ao consumo de estupefacientes e a doenças do foro mental, as quais merecem toda a consideração e respeito, e do homem que a tem encabeçado, Fernando Escarduça, vincando que a Comissão se manterá atenta ao grave problema e, caso necessário, configurará propostas de apoio à instituição. Reportando, ainda, na mesma qualidade à Recomendação feita chegar à Mesa e leu-a, sublinhando que o mesmo reflecte a preocupação dos autarcas quanto ao investimento local, procurando-se agilizar a recolha e o tratamento de informação certamente já existente, em vista à captação de investimentos, à promoção do emprego e, conseqüentemente, à resolução dos sérios problemas sociais com que as famílias do Município se debatem no quotidiano. Informação a situação de crescimento excessivo dos verdes na Zona Ribeirinha de Samora Correia. -----

----- **Margarida Netto**, sobre as eleições legislativas e o novo elenco governativo, reportou-se ao já apontado pelos autarcas que a antecederam na intervenção. E questionou o Executivo sobre a duração prevista para as obras da EP, Estradas de Portugal, SA, nos pontões da Vala Nova e da Várzea, na EN 118, sendo flagrantes e incompreensíveis os estrangulamentos na circulação rodoviária que têm provocado, com semáforos que servem pessimamente a necessária circulação alternativa. -----

----- **Miguel Silva** abordou a necessidade de regularização de buraco de dimensões consideráveis no pavimento da Rua Manuel Martins Alves, no centro da vila de Santo Estêvão, junto ao Café “Os Abóboras”, situação que afirmou ser do conhecimento da Câmara Municipal, ainda que da responsabilidade a AR, Águas do Ribatejo, EIM, que permanece há cerca de dois anos e meio. Indagou o Executivo relativamente à situação da Escola EB1 dos Foros de Almada, quanto ao possível encerramento, sublinhando os graves prejuízos que tal decisão acarretaria. -----

----- **Nelson Lopes** retomou o uso da palavra, esclarecendo que o assunto das obras na EN 118 abordado por Margarida Netto era objecto de Moção já entregue na Mesa e procedeu à distribuição de fotocópias pelas restantes forças políticas. Mais, reforçou o teor de intervenção anterior, afirmando que a Zona Ribeirinha da Samora Correia é utilizada por jovens para aquisição e consumo de drogas, leves e pesadas, incluso por crianças pré-adolescentes, as quais conhece pessoalmente, o que o deixa bastante amargurado. Disse, a propósito, que em tempo se fez, localmente, um meritório trabalho ao nível da prevenção primária da toxicodependência, com largo apoio da Associação SERVIR, entidade que, a seu ver, tem ultimamente sido vítima de um tratamento institucional e pessoal, na figura do seu mentor e dirigente, Fernando Escarduça, inqualificável. Reconhecendo ser verdade que o centro de terapia em causa não cumpre escrupulosamente os condicionalismos legais aplicáveis, frisou, veementemente, a importância fundamental da associação, para os seus utentes e respectivas famílias. E, afirmou, que a decisão cega que, em Dezembro de dois mil e dez, a Segurança Social regional, tomou de encerramento, não teve minimamente em consideração essas pessoas fragilizadas, sendo que automaticamente, a estrutura regional do Instituto da Droga e da Toxicodependência suspenderam as transferências financeiras. Conduta que não foi seguida pela estrutura regional de Setúbal do mesmo instituto público, que assim reconhece, justamente, o trabalho da Associação. Sobre o

homem que lidera a Associação SERVIR entendeu que o seu nome foi, publicamente, posto na lama, que está abatido e desmoralizado, quando apenas quis proteger os desprotegidos sociais, pessoa que a própria Assembleia Municipal reconheceu como de notória idoneidade para integrar órgão consultivo local. Transmitiu que a Comissão de Protecção da Crianças e Jovens em Risco de Benavente e o Conselho Local de Acção Social deixaram, injustificadamente, de convocá-lo enquanto membro. Deu a conhecer que recentemente, sem aviso prévio, visitou a Associação SERVIR, tendo sido por todos bem recebido, nada de anormal tendo detectado no funcionamento do centro de atendimento e tendo constatado a vontade dos seus utentes lá permanecerem, por serem bem cuidados. Concluiu este tema, afirmando que a associações e o seu nomeado dirigente sempre trabalharam a favor da comunidade, os seus utentes prestaram e prestam serviço comunitário para a Câmara Municipal, a Segurança Social neles confiou a entrega de crianças abandonadas e doentes do foro mental e são vários os louvores e prémios nacionais merecidamente atribuídos. -----

----- Sobre a última parte desta intervenção pronunciou-se **Ricardo Oliveira** para pedir esclarecimentos ao Executivo Municipal acerca da alegada exclusão da convocatória para reuniões do Conselho Local de Acção Social. -----

----- Concluídas as intervenções os autarcas, o **Presidente da Assembleia** deu conhecimento dos documentos que deram entrada na Mesa para deliberação do plenário solicitando aos seus primeiros proponentes a respectiva leitura, após o que decorreram a sua discussão e votação, tudo nos seguintes termos: -----

----- - **Documento número um: Moção - OBRAS DE REABILITAÇÃO DOS PONTÕES DA VÁRZEA E VALA NOVA NA EN 118 EM BENAVENTE: não houve discussão e posta à votação, a saudação foi aprovada por unanimidade.** Documento que fica anexa à presente acta. -----

----- - **Documento número dois: Moção – “DUPLA TRIBUTAÇÃO” NO LICENCIAMENTO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS:** intervieram para discussão do documento, os autarcas **Hélder Agapito, Vânia Castanheiro e Hélio Justino.** O primeiro questionou se a dupla tributação se reporta a taxas devidos pela licença ou a taxas devidas pela emissão de pareceres legais. A segunda autarca afirmou que tratando-se, essencialmente de uma questão jurídica, a concluir-se pela dupla tributação, a mesma é ilegal, o que não é avaliável no presente, considerando dever a Câmara Municipal munir-se do competente parecer. O último autarca reportou-se ao que já antes havia transmitido à Assembleia sobre a concreta problemática, lembrando a reunião que me dois mil e nove, teve, enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, com a estrutura regional da EP, SA, da qual não decorreu qualquer alteração de actuação daquela entidade, perante o que sugeriu que o parecer mencionado seja solicitado à Associação Nacional dos Municípios Portugueses. **Posta à votação, a moção foi aprovada por unanimidade.** Documento que fica anexa à presente acta. -----

----- - **Documento número três: Recomendação para a CRIAÇÃO DO PORTAL DE APOIO AO INVESTIDOR DO MUNICÍPIO DE BENAVENTE - não houve discussão e posta à votação, a recomendação foi aprovada por unanimidade.** Documento que fica anexa à presente acta. -----

----- Em seguida, usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal,** em resposta às intervenções dos autarcas. -----

----- Sobre os sérios problemas de indisciplina dos alunos nas escolas do concelho afirmou que os mesmos serão objecto de apreciação e deliberação por parte do Conselho Municipal da Educação, estando já a ser desenvolvido trabalho preparatório para a próxima reunião de dia cinco de Julho do corrente ano, visando-se o delinear

de uma estratégia de actuação comum entre Câmara Municipal e toda a comunidade escolar, incluso com a realização de reuniões os pais e encarregados de educação. Considerou estar-se perante comportamentos seriamente preocupantes, perante os quais se tem que reagir rapidamente a fim de se não agravarem e de não continuarem a ser um importante entrave ao bom trabalho de professores e restantes alunos. -----

----- Pronunciou-se, mais, sobre a recomendação acabada de aprovar pela Assembleia, realçando que havendo a certeza de que os próximos tempos vão ser de extrema dificuldades económicas para os cidadãos, todas as energias da actuação municipal serão canalizadas para as problemáticas da acção social, procurando o melhor bem-estar social possível. Reconheceu como importante não se descuidar totalmente o investimento e o emprego, frisando, contudo, que se não têm grandes expectativas de crescimento económicos, tudo apontando para a recessão. Afirmou que a defesa da situação estratégica do Município passará pela luta pela rápida conclusão do processo de revisão do Plano Director Municipal, já que o vigente está esgotado, não sendo capaz de captar investimento, o que tem tido grandes entraves referentes ao processo de construção do Novo Aeroporto de Lisboa, às respectivas medidas preventivas, tudo tendo-se revelado como altamente prejudicial à continuidade do investimento económico preexistente. E que se aguardam, pois, as necessárias decisões governamentais a propósito, nomeadamente, das medidas preventivas, cuja vigência culmina no início de Julho, sendo improrrogável. Disse que concluída a revisão do Plano será, então, fundamental, ligá-lo a uma estratégia de informação que não vale a pena antecipar, mediante a adopção de uma medida como a proposta. -----

----- Sobre os graves constrangimentos provocados pelas obras da responsabilidade da EP, SA que decorrem na EN 118 disse que o Director Regional de Estradas lhe afirmou prever-se a sua conclusão até finais de Setembro próximo. Considerou que a forma como decorrem as obras claramente evidencia que as mesmas não são dotadas de um adequado plano de obra, não sendo empregues os meios técnicos e humanos próprios e suficientes. Afirmou já ter dado a conhecer ao referido Director a necessidade de ser acelerado o ritmo das obras a fim de que as mesmas não ponham em risco a campanha anual de tomate que brevemente se inicia, sendo inadmissível que venham a prejudicar incomensuravelmente os produtores agrícolas e as indústrias transformadoras da região. Por isto, solicitou-lhe reunião urgente, tendo havido disponibilidade imediata. Tal reunião irá conjugar os esforços da EP, SA, da Câmara Municipal, dos produtores agrícolas e dos industriais, na defesa da extrema importância local e regional de tal actividade sazonal. Apontou para que, nas actuais circunstâncias e em defesa da actividade económica, as obras tenham que ser suspensas pelo período de duração da campanha. -----

----- Informou, ainda, que foi feito um levantamento de todas as situações de reparação que na área do Município eram necessária fazer em sequência de obras realizadas pela AR, EIM, o qual foi já levado à apreciação e decisão do seu Conselho de Administração. Afirmou não saber se a concreta situação em Santo Estêvão consta de tal levantamento e, se a mesma tiver sido já informada e não resolvida, insistirá na actuação célere da empresa intermunicipal, caso contrário, rapidamente, exigirá a reparação, considerando inaceitável o período de tempo desde que perdura. -----

----- Quanto ao possível encerramento da escola dos Foros de Almada no próximo ano lectivo comunicou estar agendada reunião com a Direcção Regional de Educação de Lisboa para o dia vinte e dois do corrente mês na qual o assunto vai ser debatido. Mais, transmitiu que na última reunião da Rede Escolar, o representante da dita Direcção Regional, Dr. Pedro Lara, mostrou-se sensível à questão e mostrou vontade,

a convite, de visitar a escola, a fim de tomar contacto com a concreta realidade. Entendeu não ser justificado o encerramento da escola, primeiro porque seria de difícil resolução o problema que a transferência de alunos para Santo Estêvão originaria relativamente aos horários lectivos, não havendo qualquer possibilidade de horários duplos e à lotação do refeitório escolar e, segundo, porque passam por o ensino básico mais de vinte e um alunos. -----

----- Sobre a utilização do Parque Ribeirinho de Samora Correia por vendedores e consumidores de estupefacientes em prejuízo da restante população, afirmou que é esta população e os órgãos autárquicos que os têm que impedir, promovendo acções variadas e frequentes. -----

----- Acerca da situação difícil da Associação SERVIR manifestou que as intervenções dos autarcas traduziram com realismo a mesma, ressaltando que o encerramento do centro de terapia deve, de direito, permanecer até que se reúnam condições para o cumprimento mínimo do disposto na lei. É este o esforço a agora fazer, em apoio, a par de outros parceiros sociais, à SERVIR, para reposição das condições sanitárias, estando já a decorrer várias iniciativas de angariação de fundos necessários à subsistência dos utentes e à realização das obras. Após o que a associação poderá e deverá continuar o seu projecto de acção meritório. Reconheceu o trabalho social desenvolvido pelos utentes da Associação, nomeadamente ao serviço do Município e do Campo de Vão de Benavente. Informou que a exclusão do dirigente da SERVIR da convocatória para as reuniões do Conselho Local de Acção Social relaciona-se com o facto dele ser o representante do Instituto da Droga e Toxicoddependência que com a sua acção retirou-lhe a confiança inerente a tal representação institucional, indicando, todavia, à vereadora municipal com o pelouro da Acção Social que afira se existe possibilidade legal em tal convocatória ser retomada. -----

----- No que respeita à Moção intitulada **“DUPLA TRIBUTAÇÃO” NO LICENCIAMENTO DE MENSAGENS PUBLICITÁRIAS** aderiu à sugestão de fazer-se pedido de emissão de parecer à Associação Nacional dos Municípios Portugueses, entidade em situação privilegiada para intervir no necessário diálogo institucional. -----

----- Com o que foi dado o uso da palavra à vereadora municipal, Gabriela Santos, com o pelouro da Acção Social, que expôs acerca do Programa de Prevenção Primária das Toxicoddependências já em execução, pela associação PAR que envolve o Instituto da Droga e da Toxicoddependência, a Guarda Nacional Republicana, a Junta de Freguesia junto da Escola Secundária de Benavente e da Escola EB 2,3 João Fernandes Pratas, desde Fevereiro de dois mil e dez, tem sido feito o diagnóstico das necessidades e a identificação do grupo alvo, notando já algum efeito útil junto dos jovens abrangidos. -----

----- No período reservado à **intervenção dos munícipes** e dada a palavra aos presentes, não se verificou qualquer intervenção. -----

----- Deu-se, então, início ao período da Ordem do Dia. -----

----- **PONTO 1 - ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE, E SEU SUPLENTE, DE JUNTA DE FREGUESIA QUE, EM REPRESENTAÇÃO DE TODAS AS JUNTAS DE FREGUESIA DO MUNICÍPIO, PARTICIPARÁ NO XIX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES, A TER LUGAR NO DIA NOVE DE JULHO DE DOIS MIL E ONZE** – nos termos do número dois do artigo sexto dos Estatutos da Associação nacional dos Municípios Portugueses: -----

----- Foram apresentadas na Mesa da Assembleia duas listas de candidatos à presente eleição, a saber: **Lista A, da Coligação Democrática Unitária**: candidato efectivo, Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta

de Freguesia de Benavente; Candidato suplente, Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia; **Lista B, lista conjuntamente apresentada pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular Democrático / Partido Social Democrata**: candidato efectivo, Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa; Candidato suplente, Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão. -----

----- O acto eleitoral decorreu, tendo dado entrada na urna vinte e cinco boletins de voto, e feito o escrutínio, assegurado por um representante de cada uma das listas concorrentes, apuraram-se os seguintes resultados: Lista A – quinze votos; Lista B – nove votos; votos brancos – um voto. Resultados que confirmam a **eleição de Maria Leonor Carapinha Rodrigues Parracho Domingos, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e de Hélio Manuel Faria Justino, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, respectivamente, membros efectivo e suplente, como em reapresentação de todas as juntas de freguesia do município, no XIX Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses.** -----

----- **PONTO 2 - PEDIDO DE DESAFECTAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, SITA NA RUA DA QUINTA DOS GATOS, EM SAMORA CORREIA, PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO** –: apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea b) do número quatro do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: -----

----- O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou a proposta em discussão, por remissão para a respectiva documentação de suporte, a qual considerou conter a informação necessária a suficiente para o esclarecimento dos autarcas. -----

----- **Não houve intervenção dos autarcas para discussão do presente ponto da ordem do dia que posto à votação foi aprovado por unanimidade.** -----

----- **PONTO 3 – PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A MÉDIO PRAZO, POR DEZ ANOS, ATÉ AO MONTANTE DE 1.258.315 EUROS**: apreciação e eventual autorização, nos termos da alínea d) do número quatro do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro: -----

----- No uso da palavra, o **Presidente do Executivo Municipal** explicitou a proposta em causa, começando por informar tratar-se do aproveitamento de quantia de cerca de um milhão e novecentos mil euros que, por informação da Direcção-Geral das Autarquias Locais e por rateio entre os municípios, constitui a capacidade de endividamento para este ano. Acrescentou que a Câmara Municipal, por opção de gestão, resolveu não utilizar toda a capacidade de endividamento atribuída, estando apenas em causa o montante vertido na proposta, que será empregue em investimentos contempladas nas grandes opções do plano. Referiu-se que foi solicitada a apresentação de propostas a todas as instituições bancárias com agências no município sendo que apenas três responderam, a saber, a Caixa Geral de Depósitos, o Millenium BCP e a Caixa de Crédito Agrícola. Informou que algumas destas instituições informaram não reunir condições para contratualizarem o montante em causa, o que considerou ser indiciador de graves dificuldades de financiamento da própria banca nacional. Reportou-se, por remissão para a documentação de apoio, às condições vertidas nas propostas recebidas. Mencionou as obras previstas em plano abrangidas pelo empréstimo em causa, entre outras, destacando as requalificações da Escola EB 1 das Fonte dos Escudeiros, em Samora Correia e a Escola EB1 de Benavente, as quais não mereceram, injustamente, enquadramento no Quadro de Referência Estratégico Nacional, comentando que, ainda, na presente data, havia

consultado, em Diário da República e constatado a celebração, em tempo de exercício e mera gestão do actual Governo, vários acordos de colaboração afectando financiamento público a obras de construção e de requalificação de várias escolas do ensino básico. Afirmou acreditar estar-se perante uma das últimas oportunidades para contratarem-se empréstimos, e ao mesmo tempo, disse perspectivar-se, ainda, a possibilidade de revisão dos critérios vigentes no Quadro de Referência Estratégico Nacional, prevendo-se outros que não somente a bolsa de mérito, mas apenas se no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, existirem alguns municípios que não consigam realizar inteiramente o financiamento público em causa, sendo que Benavente terá cumprido as verbas atribuídas em finais de dois mil e onze inícios de dois mil e doze. Finalizou, afirmando que a Caixa de Crédito Agrícola apresentou a propostas economicamente mais vantajosa, pelo que por ela se optou. -----

----- Intervieram na discussão do presente ponto, os autarcas **Nelson Lopes, Ricardo Oliveira e Fátima Machacaz.** -----

----- **Nelson Lopes** congratulou-se pela proposta eleita ser a de uma instituição bancária do concelho com tem demonstrado um levado grau de responsabilidade social, lamentando, por outro, lado a proposta da Caixa Geral de Depósitos, banco estatal, no qual a Câmara Municipal tem movimento sempre avultados valores. Considerou que o rateio ocorrido entre municípios, quanto à capacidade de endividamento, constituiu um prémio para a forma de gestão encetada pelo município. Questionou a razão de ser de se não afectar ao empréstimo o montante máximo de que se aproveitou no dito rateio, afirmando entender que se deveria arriscar, ainda que se anteveja um futuro extremamente difícil a propósito. Registou os valões elevados das taxas de juros e dos *spreads* propostos. Questionou se não seria justificável os encargos com o empréstimo serem pagos semestralmente, em vez de mensalmente, em face da arrecadação cíclica das receitas municipais, essencialmente as referente ao Imposto Municipal Sobre Imóveis. E se a comissão de montagem prevista na proposta eleita não seria negociável a sua retirada, já que a mesma não é contemplada nas restantes apresentadas. -----

----- **Ricardo Oliveira** manifestou a sua desilusão inicial por ter constatado que não seriam contempladas pelas verbas do empréstimo em causa o projecto de reordenamento do trânsito na rua Manuel Martins Alves, em Santo Estêvão. Contudo, afirmou que Carlos Coutinho Vice-Presidente da Câmara Municipal garantiu-lhe que tal projecto, importando em cerca de treze mil euros, poderia ser executado em breve, o que espera concretizar-se. Pediu, ainda, que o Executivo Municipal especificasse quais os arruamentos a intervir em Santo Estêvão e em Foros de Almada. -----

----- **Fátima Machacaz** comunicou que não iria votar favoravelmente a proposta de contratação de empréstimo, uma vez que não serão contempladas quaisquer obras na freguesia da Barrosa, exemplificando com as obras necessárias no Centro Social, no muro do cemitério e nos Balneários do Polidesportivo. -----

----- O **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às intervenções, nos seguintes termos: -----

----- - informou que existem candidaturas à linha do Banco Europeu de Investimento, a taxa de juro fixa de quatro por cento, referentes a obras já aprovadas em sede do Quadro de Referência Estratégico Nacional, destinadas ao financiamento de parte das contrapartidas nacionais, perspectivando-se obter as necessárias e prévias autorizações do órgão deliberativo municipal; -----

----- - afirmou que se puder não esgotar o montante do empréstimo o fará, por razões de cautela, face ao desconhecimento quanto à verdadeira extensão dos impactos financeiros das medidas impostas ao financiamento externo ao país; -----

----- - considerou que os maus exemplos nos municípios foram dados por aqueles que esgotaram a sua capacidade de endividamento e não pelos outros, como no caso de Benavente, que foram cautelosos nessa matéria; -----

----- - esclareceu que a opção pelo pagamento semestral dos encargos com o empréstimo respeita ao aproveitamento de alguns pequenos ganhos que se obtêm e que não se pode posteriormente á recepção das propostas negociar-se algumas das suas componentes, como é o caso da mencionada comissão; -----

----- - quanto ao reordenamento do trânsito na Rua Manuel Martins Alves, em Santo Estêvão, sublinhou que a gestão da Câmara Municipal é assente em bases rigorosas de planeamento, na procura da eficiência, sempre em respeito dos seus compromissos para com as populações, definindo critérios, e que, por isso, não cai na tentação de publicitar notícias na comunicação social a fim de exacerbar as populações; afirmou, mais, que já foram desenvolvidos estudos de ordenamento do trânsito nas restantes freguesias do município, e especificando tais acções de ordenamento do trânsito, indicou as dilacões temporais que ocorreram entre o planeamento e a execução e que, assim sendo, a concreta intervenção avançará em moldes similares ao ocorrido nas restantes freguesias; -----

----- - negou que, em plano, se mantivesse por executar o apontado investimento em arruamentos em Santo Estêvão e em Foros de Almada, desde o ano de dois mil e cinco, clarificando que tal referência significa apenas que é uma intervenção que se mantém em execução desde então e nomeou as localizações das acções previstas; ---

----- - esclareceu que à excepção das obras no Centro Social da Barrosa, as outras nomeadas pela sua Presidente de Junta de Freguesia são da responsabilidade dessa autarquia, por decorrentes da execução do protocolo de delegação de competências municipais e que as primeiras não serão possíveis concretizar no decorrer do presente ano; mencionou que consta das grandes opções do plano as restantes obras a ocorrerem na freguesia e exemplificou com a obra em Vale Bispo, a qual tem já financiamento garantido; -----

----- - complementou a referência às questões de ordenamento do trânsito nas diversas freguesias do município, afirmando almejar que até ao final do mês de Julho se tenha a noção clara dos números de passeadeiras possível de executar para efectuara a sua distribuição, segundo critérios de prioridades, assegurando o Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão que será informado atempadamente. -----

----- **Ricardo Oliveira** exerceu o direito de resposta para vincar que não procedeu a qualquer exercício de comparação com o executado nas outras freguesias do município, em termos de ordenamento do trânsito, considerando que, em termos de segurança rodoviária, o valor da vida humana é o mesmo em todas elas. Negou a apontada iniciativa quanto à exacerbação da população de Santo Estêvão, convidando o Presidente da Câmara Municipal a visitar todas as casas da vila e indagar junto das pessoas, qual é o seu sentimento, sendo certo que confirmará que o sentimento de insegurança e de indignação do povo é genuíno. Reportou-se à referência a critérios de decisão da Câmara Municipal, dizendo que, por razões de diferenças ideológicas político-partidárias, nem sempre tem sido com os mesmos concordantes, todavia, questionou se na situação concreta existem verdadeiros critérios a reger o ordenamento do trânsito. Expôs que está convencido que os habitantes de alguns dos locais onde se situam os arruamentos a serem contemplados por verbas do presente empréstimo, de bom grande, prescindiriam dessas intervenções a seu favor, privilegiando a intervenção na principal artéria viária da vila que usam frequentemente na sua vivência social. Apontou algumas diferenças entre as freguesias quanto à

sinalização semafórica implantada nas suas principais vias de atravessamento. Reportou o reordenamento do trânsito da principal via de acesso à vila de Santo Estêvão como de relevância prioritária na freguesia, identificando algumas situações de risco verificadas diariamente, opinando que o critério de decisão deveria respeitar à importância primária dessa via. Afirmou que, enquanto Presidente da Junta de Freguesia não faz mais do que, fundado na legitimidade democrática do voto dos fregueses, transpor a sua voz, no diálogo institucional necessário. -----

----- Foi replicado pelo **Presidente do Executivo Municipal** opondo-lhe a legitimidade democrática que possui, assente em franca maioria dos votos dos populares nas últimas eleições autárquicas, e que o habilita a falar em nome da população, com toda a propriedade. Disse, mais, que, ainda que a tomada de posição por um ou outro critério de gestão seja sempre, em tese, defensável, em concreto, nunca se pronunciou, em sede de órgãos autárquicos, sobre os critérios de gestão adoptadas pelas quatro freguesias do município. Acrescentou que as questões do ordenamento do trânsito nas diferentes freguesias, por razões de reduzida capacidade de investimento, têm compreendido a realização de reuniões prévias com os moradores afectados a fim de se conseguir a melhor gestão de situações reais complexas, no esforço de corresponder às necessidades prioritárias. Reportou-se à retirada na via rodoviária em causa de lombas colocadas, a pedido da Junta de Freguesia, por força do incómodo que o ruído da passagem dos veículos provocava, o que implicou refazer-se o correspondente estudo de ordenamento do trânsito. Congratulou-se por não ter ocorrido nenhuma situação grave em Santo Estêvão, o que já não pode fazer quanto a Samora Correia, em cuja perimetria urbana estão já identificados e considerados três pontos negros, exigindo mais sinalização e passeadeiras. Entendeu que o perigo nas estradas deriva da falta de civismo dos automobilistas, o que não deve ser confundido com responsabilidades das autarquias locais e que deve ser denunciado por todos, no exercício da boa cidadania. A final, manteve que não serão alterados os critérios de decisão na definição das prioridades do ordenamento do trânsito no município, não admitindo eliminar qualquer das acções já previstas ou a auscultar novamente as pessoas. -----

----- **Com o termo da discussão da proposta foi a mesma sujeita a votação do plenário, tendo sido aprovada pela maioria de vinte e três votos a favor, com duas abstenções da autarca Margarida Netto do Centro Democrático Social / Partido Popular e de Fátima Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, eleita pelo Partido Socialista, o que corresponde à maioria absoluta dos vinte e cinco membros em efectividade de funções na presente sessão.** -----

----- **PONTO 4 - ACOMPANHAMENTO DA ACTIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL** - Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, nos termos da alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove narra noventa e nove, de dezoito de Setembro: -----

----- Concedida a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, este inteirou o plenário da actual situação financeira do Município, reportando-se à arrecadação do Imposto Municipal Sobre Imóveis e do Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis. Referiu-se ao esforço de gestão feito para manter-se o necessário equilíbrio entre receitas correntes e despesas correntes, especificando as reduções verificadas com as despesas com o pessoal e com as referentes aos combustíveis. Esforço que se estende à concretização das obras aprovadas em sede do Quadro de Referência Estratégico Nacional. Mencionou quanto a estas transferências que as dificuldades sentidas actualmente são as de não se contar já

com reservas financeiras que possibilitem pagar antecipadamente e ter que se aguardar pelas transferências do Instituto de Gestão Financeira do Estado. Informou quanto ao ponto de situação do processo de revisão do Plano Director Municipal, afirmando que se esta em fase de recolha de pareceres das entidades que se devem pronunciar sobre a proposta final, os quais têm sido favoráveis, à excepção da pronúncia do Turismo de Portugal, porquanto o Plano Regional de Ordenamento do Território aplicável exige a distribuição do número de camas, a concretizar-se no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e da Região de Turismo para se elaborarem os critérios a aplicável. Adiantou que está agendada para a próxima semana reunião para analisar as questões respeitantes à proposta de carta da Reserva Ecológica Nacional. Esclareceu que não está ainda prevista a data da reunião final da Comissão Técnica de Acompanhamento. -----

----- Intervieram os autarcas **Nelson Lopes, Dora Morgado e Miguel Silva**. -----

----- **Nelson Lopes** abordou os seguintes assuntos e questionou o Executivo sobre:

----- - Ponto de situação da aplicação do Regulamento Municipal do Associativismo e do funcionamento do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo; -----

----- - Selagem das ilhas ecológicas instaladas no município; -----

----- - Resolução da existência de buraco em pavimento do espaço público existente na Urbanização do Brejo, freguesia de Samora Correia, em espaço de passeios e de estacionamento, por força de abatimento; -----

----- - Pedido de intervenção firme da Câmara Municipal no âmbito da acção social, no que respeita às situações de incumprimentos contratuais, nomeadamente não pagamento de rendas devidas, pelos beneficiários de habitação social, expondo exemplos concretos de beneficiários com situações financeiras reais muito mais favoráveis do que aquelas que documentalmente reportam aos serviços camarários, impondo-se uma postura de denúncia desses casos; -----

----- - Esclarecimento quanto aos tiros que, de noite, se ouvem, provenientes dos campos agrícolas; -----

----- - Alerta respeitante à necessidade da defesa séria no impedimento da possível privatização da Companhia das Lezírias, considerando que se devem reatar as negociações entre tal entidade e a Câmara Municipal, a fim de se garantiam transferências patrimoniais relevantes; -----

----- - Reforço da poupança hídrica e energética, exemplificando com o caso de iluminação pública acesa em horários inusitados em vias de Samora Correia, considerando a necessidade de questionar EDP quanto a custos energéticos; -----

----- - Defesa da promoção da posição altamente abonatória do Município de Benavente nas referências do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, de dois mil e dez, assumindo várias posições cimeiras no âmbito do Distrito e tendo resultados nacionais de evidenciar, tendo considerado que a Câmara Municipal e a Coligação Democrática Unitária, força política maioritária, pecam por excesso de humildade no que respeita ao marketing político, factor muito relevante, exercido de força exemplar pelo Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, o que lhe possibilita aparecer em tantos jornais, ao contrário do que é a atitude do Presidente da Câmara Municipal que não se coloca em bicos de pés, perante situações como a que expôs; ---

----- - Perspectivas da concretização do projecto de criação de nova associação de municípios na região, anunciado pelo Presidente da Câmara Municipal de Torres Novas. -----

----- **Dora Morgado** indagou acerca da integração do novo Centro Escolar de Porto Alto e respectivas turmas na rede escolar já no próximo ano lectivo. Mais, congratulou-

-se pela iniciativa municipal, nas pessoas dos técnicos ao serviço da biblioteca Odete e Carlos Gaspar, em Samora Correia, de promoção de visita dos jovens leitores mais assíduos à biblioteca de Sintra, constituindo excelente estímulo a hábitos de leitura e de adesão a iniciativas culturais. Reforçou a questão relativa às ilhas ecológicas. -----

----- **Miguel Silva** abordou o problema da falta de limpeza junto aos arruamentos e valetas das Ruas Primeiro de Maio, da Igreja e de Vale Carril, nos Foros de Almada e das ruas adjacentes ao Vale do Pau Queimado, em Santo Estêvão, objecto de queixas de munícipes da freguesia, apontando o perigo para a segurança de bens e pessoas, por força do elevado risco de incêndio, evento que ocorreu recentemente na Rua Primeiro de Maio, aparentemente resultante do lançamento de beata de um cigarro, que só não teve consequências trágicas, dada a rápida intervenção dos moradores. Solicitou, por isso, a rápida intervenção da Câmara Municipal na sua resolução. -----

----- Solicitou o uso de palavra, em resposta a intervenção de Nelson Lopes, **Ricardo Oliveira**, referindo-se a notícia saída no jornal semanário regional, "O Mirante", sobre a vila de Santo Estêvão e em que surge uma sua fotografia, expressando não compreender a incomodidade causada e recusando-se ser alguém que se coloque em bicos de pés para ser referido nos órgãos de comunicação social. -

----- Foi respondido por **Nelson Lopes** que afirmou que a sua intervenção não teve o alcance da interpretação vertida na intervenção de Ricardo Oliveira, reconhecendo como positiva a postura de exposição pública do autarca de freguesia em nome da sua terra e das pessoas o serve, a qual também assume no que diz respeito a Samora Correia, donde é natural. -----

----- Dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, o mesmo teceu comentários às intervenções, a saber: -----

----- - sobre a selagem das ilhas ecológicas, lembrou que foi da responsabilidade da Ecoléziria que agora tem de recepcionar os equipamentos urbanos e entregá-los à Câmara Municipal, o que ainda não ocorreu; afirmou terem-se já registado abatimentos dos pavimentos envolventes a certos equipamentos e expressou que espera que os equipamentos sejam úteis e não meramente decorativos; -----

----- - informou que a execução dos trabalhos de reparação de buraco, em espaço de estacionamento e passeios públicos, em Samora Correia, já estão adjudicados, estando tudo pronto para se avançar a sua execução; -----

----- - quanto à apontada problemática social, transmitiu que a Câmara Municipal tem tomado várias deliberações tendentes ao despejo judicial de imóveis arrendados e também à execução judicial de quantias devidas, o que tem constituído acção firme quanto aos incumpridores que não fazem o mínimo esforço verdadeiro de criarem condições de organização de vida que lhes permitam o rendimento suficiente ao sustento familiar, tendo que sem contrariar a convicção de que arrendatários municipais que não pagam a renda não sofrem as consequências legalmente previstas; -----

----- - comunicou que por investigação própria, tomou conhecimento que os tiros ouvidos provenientes dos campos agrícolas são emitidos por maquinaria instalada para afastar aves, nomeadamente, os patos que, ao contrário dos pardais telhado e das gaivotas, não recolhem para descanso durante a noite, situação que afirmou provocar sério incómodo, mas cuja resolução foge às mãos das autoridades policiais por não estarem munidas dos exigíveis equipamentos medidores de ruído, não sendo possível aplicar estritamente o Regulamento Geral do Ruído vigente; -----

----- - no que concerne à possibilidade de privatização da Companhia das Lezírias disse que se deve assumir uma atitude de estar-se especialmente atento, e, ainda, que não pode crer que o novo Governo tenha a coragem política de a concretizar, por

estar em causa um património de valor incalculável, uma das “jóias da coroa nacional”; entendeu que, ao invés, deve promover-se, entre outros, a libertação da Companhia das Lezírias da Fundação Alter, ligação que tem sido só prejudicial à primeira, empresa com resultados económicos positivos; -----

----- - reconheceu a existência de situações de desperdício energético, informando que foi já contactada a EDP, a fim de tornar a iluminação pública mais eficiente, pela aplicação de equipamentos tecnológicos apropriados, substituindo os actualmente existentes, que se impõe o levantamento rigorosa das situações não eficientes, em que, por exemplo se iluminam árvores ou existe grande densidade de iluminação em certas urbanizações de maior dimensão, desligando-se tais lâmpadas o mais breve possível e que está em curso a elaboração de estudo sobre a poupança energética na iluminação pública candidatável ao Quadro de Referência Estratégico Nacional. -----

----- - sobre a criação de nova associação de municípios entendeu estar-se perante situação complexa que terá que ter necessariamente análise jurídica, estando em causa a vontade dos municípios sucederem à Assembleia Distrital, a fim de assegurar o seu valioso património, essencialmente, a colónia balnear da Nazaré, pretendendo-se revitalizá-la para benefícios das crianças e dos idosos; -----

----- - deu a conhecer, quanto à limpeza de valetas, que haverá um reforço da intervenção municipal, que tem sido este ano, por força das condições climatéricas verificadas, excepcional, uma vez que se tem replicado ou até replicado, em função do crescimento extremamente rápido das ervas, até em consideração ao risco de incêndio que aumenta exponencialmente na estação do Verão .-----

----- Dada a palavra ao **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, este explicitou o estágio de aplicação do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, tendo ocorrido o termo do período transitório, adaptativo, sendo que maior parte as associações e colectividades locais aproveitou a oportunidade para regularizarem diversos aspectos da sua vida jurídica e outras não, junto das quais se pretende promover acções de sensibilização, por via do Gabinete de Apoio ao Movimento Associativo, já constituído e reunindo regular, contudo, sem se registarem muitas solicitações dos destinatários. Sobre o Centro Escolar de Porto Alto transmitiu estar-se a desenvolver o esforço de antecipar a conclusão da obra, revelando-se, contudo, entretanto, necessário a ampliação do refeitório existente e a criação de mais uma sala da educação pré-escolar, já no início do próximo ano lectivo. -----

----- Foi dado, mais, o uso da palavra à **vereadora municipal, Gabriela Santos**, que informou o plenário que o mesmo Centro Escolar será contemplado na rede escolar, já para o próximo ano lectivo, com turma de pré-escolar e afectação da respectiva educadora. -----

----- Seguidamente, **o Presidente da Assembleia deu por terminada a discussão da Ordem do Dia** e agradeceu a presença dos membros da Câmara Municipal. **Solicitou autorização ao plenário para que os trabalhos da sessão se prolongassem para além das vinte e quatro horas, o que mereceu consenso unânime.** Mais, anunciou que se iria proceder à **preparação e leitura das minutas das deliberações dos Pontos Um e Três da Ordem do Dia as quais, após as respectivas leitura, discussão e votação, foram aprovadas por unanimidade.** -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente Sessão, às zero horas e dez minutos, do dia dezoito de Junho de dois mil e onze, da qual para constar e para os demais efeitos se lavrou a presente Acta, que foi apreciada e votada na I Sessão Extraordinária do corrente ano, realizada a vinte e dois de Junho, tendo sido aprovada por unanimidade. A mesma foi rubricada e assinada por todos os elementos da Mesa da Assembleia. -----

A Primeira Secretária,

O Presidente,

A Segunda Secretária,
